

Despacho n.º 6713/2018**Avaliação final do período experimental**

Por meu despacho de 22 de abril de 2018 e nos termos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Sara Isabel Beato Rodrigues concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 18,13 valores, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o desempenho de funções da carreira/categoria de técnico superior.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da LGTFP, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

30 de abril de 2018. — O Presidente, *Roberto Grilo*.

311453135

ECONOMIA**Secretaria-Geral****Aviso n.º 9320/2018**

1 — Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º, conjugado com o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, aberto pelo Aviso n.º 3291/2018, de 26 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de março, que a lista de ordenação final, devidamente homologada por meu despacho de 28 de junho de 2018, se encontra disponível na página eletrónica, em www.sgeconomia.gov.pt

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, do despacho de homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico.

4 de julho de 2018. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

311483381

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica**Despacho n.º 6714/2018**

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a pedido do Licenciado Hugo Miguel Dias Leitão, dá-se por findo o exercício do cargo em regime substituição, de Inspetor-Chefe da Divisão de Suporte e Perícia Digital da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal, com efeitos a partir de 1 de junho de 2018, importa proceder à designação de novo dirigente.

Ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redação atual, designo, em regime de substituição, o Licenciado Telmo Amadeu Ivens de Andrade Poço no cargo de Inspetor-Chefe da Divisão de Suporte e Perícia Digital, da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal, uma vez que após análise curricular, se verificou que o mesmo, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, evidenciado na nota curricular anexa ao presente despacho do qual faz parte integrante.

A presente designação produz efeitos a partir de 4 de junho de 2018.

28 de junho de 2018. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

ANEXO**Nota curricular**

Dados pessoais:

Telmo Amadeu Ivens de Andrade Poço
Nascido a 2 de fevereiro de 1975

Habilitações literárias:

Licenciatura em Informática, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, 2001

Formação:

Certificação:

VCP-510VMwareCertifiedProfessionalonVSphere5, VMWare, 2013
Microsoft Certification70-640,MCTS: Microsoft/ Prometric, 2010
VW51CM — VMWare vSphere: Install, Configure, Manage V5, 2012
Configuring, Managing and Maintaining Windows Server 2008, 2010
Controlo e Otimização de Sistemas e Redes de Comunicações, 2009
Managing system center operations manage, Microsoft, 2009

Introduction to Installing and Managing Microsoft Exchange Server 2007 SP1, 2008

Microsoft SQL Server 2005 Implementação e Manutenção de Bases de Dados, 2007

Microsoft Visual Basic Scripting and Microsoft Windows Script Host Essentials, 2006

Formação Pedagógica de Formadores (CAP), 2005

Administração de Redes Locais em Windows 2000 Server, 2003

Experiência profissional:

Setembro de 2015 até junho de 2018. Administrador de sistemas, no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP (INIAV)

Dezembro de 2004 até agosto de 2015. Administrador de sistemas, redes e comunicações, na Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Julho de 2002 a novembro de 2004. Gestão do parque informático, *Help-Desk*, na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF)

311467246

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.**Aviso n.º 9321/2018**

Torna-se público que por Deliberação do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I. P., de 08 de junho de 2018, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e do disposto nos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, foi designada em regime de substituição para o cargo de Diretora do Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a licenciada Célia da Conceição Pacheco Costa, com efeitos a 01 de julho de 2018.

22 de junho de 2018. — A Diretora Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*.

Nota Curricular

Nome: Célia da Conceição Pacheco Costa

Habilitações Académicas: Mestre em Administração Pública pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2012); Licenciada em Gestão pela Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada (1993); Curso de Alta Direção em Administração Pública pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa), 2010.

Experiência profissional: Desde 01 de janeiro de 2016 auditora na Unidade de Auditoria Interna da Direção-Geral do Património Cultural; De 1996 a 2015, inspetora de nomeação definitiva, exerceu funções na Área de Especialização do Controlo da Gestão Pública da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), que se enquadram no conteúdo funcional da carreira especial de inspeção previsto no artigo 10.º do DL n.º 170/2009, de 3 de agosto, e concretiza-se através do exercício das atividades inerentes à missão da IGF, previstas no artigo 2.º do DL n.º 96/2012, de 23 de abril, designadamente a realização de trabalhos de auditoria, inspeção, inquéritos, no âmbito do controlo financeiro estratégico e de alto nível; Colaboração, nos anos de 2005 e 2006, na vertente económico-financeira, com a Inspeção-Geral da Ciência e do Ensino Superior; colaboração prestada ao DIAP, em 2003, no âmbito de um processo de inquérito na área da saúde, para o qual foi nomeada como perita pela Procuradoria-Geral da República; De 1994 a 1996 realizou estágio na carreira técnica superior no Tribunal de Contas; De 1993 a 1994 lecionou a disciplina de Matemática do 11.º ano, na Escola Secundária de Ferreira Borges; Vasta formação no regime jurídico e financeiro da administração pública.

311450949